



ARTIGOS

Tropas Paraenses na tomada de Caiena (1809): entre os inimigos franceses e as guerras internas no antigo Grão-Pará do início do século XIX.

Magda Ricci¹

Itamar Gaudêncio²

Lucas Carnevale Machado³



¹ Livre docente em História Social da Amazônia pela UFPA, Doutora em História pela UNICAMP. Professor Titular da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Chefe do Centro de Memória da Amazônia - UFPA.

² Doutor em História Social da Amazônia pela UFPA. Docente do IESP, Docente da ESMAC, Major da PMPA, Chefe do PM/8 do EMG.

³ Doutorando em História Social da Amazônia pela UFPA, Mestre em Ciências do Patrimônio Cultural PP-GPATRI/UFPA, Especialista em História Militar pela UNISUL, Graduado em História pela UEPA. Professor da rede municipal de ensino da prefeitura de Belém.

RESUMO

Durante o século XIX, os ofícios entre autoridades portuguesas e as do antigo território do Grão-Pará (hoje Amazônia Brasileira) narram uma história deste território em que a população vivia em constante tensão. A região hoje ocupada pelos estados do Pará, Amapá e parte fronteira do Amazonas e de Roraima era palco de diversos conflitos contra os franceses e outros internos, especialmente em Belém, o que envolvia mobilização de tropas e resistências. Nesse processo, ocorreu a ocupação militar da Guiana Francesa por tropas luso-anglo-brasileiras entre 1809 e 1817. Processo gigantesco, tanto pela quantidade de tropas, quanto pela política de seu abastecimento. Este momento gerou lembranças sobre essa atuação e elas foram revividas pelos sujeitos dessa campanha ao longo das diversas crises políticas e sociais em que o Grão-Pará esteve imerso no período imediatamente posterior. Os povos indígenas, negros e mestiços que pegaram em armas ou abasteceram as tropas mobilizadas para a Campanha da ocupação de Caiena permaneceram ativos mesmo depois de 1817. Eles ajudaram a formar batalhões militares, mas foram além, atuando nos anos de 1820 e 1830 durante a época da independência e da Cabanagem. Para isso, houve a criação de mecanismos de defesa interna das vilas e da cidade de Belém. Nasceu aí um regimento de 1º Linha, ou de polícia, que teve sua formação em 1818 por determinação do então governador do Pará, o conde de Vila Flor e que marcou, de forma indelével, a organização do combate à violência e criminalidade neste período conturbado da história amazônica.

Palavras-Chave: Fronteiras, Disputas territoriais, Militares, Guerra de Caiena, Crises políticas no Pará.

ABSTRACT

During the 19th century, the correspondence between Portuguese authorities and those of the former territory of Grão-Pará (today Brazilian Amazon) narrates a story of this territory in which the population lived in constant tension. The region now occupied by the states of Pará, Amapá, and the border of Amazonas and Roraima was the scene of several conflicts against the French and also other internal conflicts, especially in Belém, which involved mobilization of troops and resistance. In this process, there was a military occupation of French Guiana by Luso-Anglo-Brazilian troops between 1809 and 1817. This was a gigantic process, both in terms of the number of troops and the policy of their supply, and this moment generated memories about this performance that were revived by the subjects of this campaign throughout the various political and social crises in which Grão-Pará was immersed in the immediately subsequent period. The indigenous, black, and mixed-race peoples who took up arms or supplied

troops mobilized for the Campaign to occupy Cayenne were elements that remained active even after 1817. They helped form military battalions but went further, acting in the 1820s and 1830s during the time of independence and Cabanagem. For this purpose, mechanisms for internal defense of villages and the city of Belém were created. A regiment of 1st Line or police was born there, which was formed in 1818 by order of then governor of Pará, Count Vila Flor, and which indelibly marked the organization of combat against violence and crime in this troubled period of Amazonian history.

Keywords: Borders, Territorial disputes, Cayenne War, Political crises in Pará.

RESUMEN

Durante el siglo XIX, la correspondencia entre las autoridades portuguesas y las del antiguo territorio de Grão-Pará (hoy Amazonia brasileña) narra una historia de este territorio en la que la población vivía en constante tensión. La región ahora ocupada por los estados de Pará, Amapá y la frontera de Amazonas y Roraima fue escenario de varios conflictos contra los franceses y también otros conflictos internos, especialmente en Belém, que involucraban movilización de tropas y resistencia. En este proceso, hubo una ocupación militar de la Guayana Francesa por tropas luso-anglo-brasileñas entre 1809 y 1817. Este fue un proceso gigantesco, tanto en términos del número de tropas como en la política de su suministro, y este momento generó recuerdos sobre esta actuación que fueron revividos por los sujetos de esta campaña a lo largo de las diversas crisis políticas y sociales en las que Grão-Pará estuvo inmerso en el período inmediatamente posterior. Los pueblos indígenas, negros y mestizos que tomaron las armas o abastecieron las tropas movilizadas para la Campaña para ocupar Cayena fueron elementos que permanecieron activos incluso después de 1817. Ayudaron a formar batallones militares pero fueron más allá, actuando en las décadas de 1820 y 1830 durante el tiempo de la independencia y Cabanagem. Para ello, se crearon mecanismos de defensa interna de aldeas y la ciudad de Belém. Allí nació un regimiento de 1ª Línea o policía, que se formó en 1818 por orden del entonces gobernador del Pará, el conde Vila Flor, y que marcó indeleblemente la organización del combate contra la violencia y el crimen en este período turbulento de la historia amazónica.

Palabras Claves: Fronteras, Disputas territoriales, Guerra de Cayena, Crisis políticas en Pará.

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, o território da atual Amazônia brasileira era conhecido como o antigo Grão-Pará. Lugar da desembocadura do maior rio do planeta e uma enorme zona de fronteiras, esta parte do globo foi alvo da chamada “cobiça internacional” (Reis, 1960; Reis, 2001), sendo visada por vários países europeus desde o princípio da Era Moderna. Em 1499, por exemplo, Vicente Yanez Pinzón chegou à foz do rio Amazonas, iniciando a chegada desses povos europeus “descobridores” em terras do Norte, num processo colonizatório e de conquista territorial. Neste sentido, estudiosos da história da América, como Serge Gruzinski trabalham a região dentro da ideia de a Amazônia como “margem do novo mundo” (Gruzinski, 2014).

No início da conquista territorial do continente sul-americano, a partilha colonialista europeia foi delimitada pela bula papal de 1493 (Almada, 2016) e depois por tratados diplomáticos como o de Tordesilhas de 1494 (Duve, 2017), que acabaram por dividir o desconhecido continente da América do Sul entre as duas nações europeias que mais rapidamente avançaram rumo ao mar: Espanha e Portugal. Porém, desde o século XVI, outras nações também disputaram esta parte do continente com os países ibéricos. Foi o caso da cidade de São Luís, capital do atual estado do Maranhão, fundada em 1594 como uma feitoria francesa, depois se estabelecendo um forte militar na chamada França Equinocial. Não foram poucas as lutas que envolveram variados povos indígenas na conquista do território pouco conhecido e então denominado pelos luso-espanhóis de antigo Maraçon. Este território começou a ser conquistado a partir de São Luís em 1615, no período da União Ibérica, quando os portugueses e os espanhóis ainda encontravam-se unidos pelo mesmo monarca (Mariz, 2007). Desta conquista colonial, ocorreu uma ampliação rumo ao rio

das Amazonas e dela adveio a fundação de Belém em 1616. Este território era então denominado de Mairi, sendo terra dos Tupinambá.

De Belém, os portugueses expandiram suas conquistas territoriais e espirituais pelos interiores, indo bem além dos limites de Tordesilhas e dos territórios Tupinambá, aproveitando-se da época em que a monarquia católica ibérica os unia ainda aos espanhóis. Com isso, os portugueses começaram a avançar pelas terras hoje conhecidas como Amazônia brasileira, com expedicionários como o capitão Pedro Teixeira, que em 1637 navegou pelo rio Amazonas até Quito, no atual Equador. A expedição apresentava objetivos difusos, de forma que abarcavam a busca por metais preciosos, drogas do sertão, captura de indígenas e, principalmente, a delimitação e a tomada de posse em boa parte do interior amazônico (Fernandes; Gomes, 2014). eles analisaram esta expedição e a contextualizaram no processo de conquista do Rio Branco, nos limites atuais do estado de Roraima. Escrevem os autores:

As primeiras expedições para a Amazônia tinham o intuito de reconhecer e demarcar as possessões para as Coroas Ibéricas. Tal foi o caso da expedição de Orellana, uma das primeiras a se propor esse intento. Saindo de Quito em 1541, empreendeu a travessia do rio Amazonas que se transformaria na principal via de comunicação dessa região. Os interesses eram os mais diversos, desde a procura pelas riquezas minerais, grande incentivadora de expedições à região, a busca pelas chamadas “drogas do sertão”, o aprisionamento de indígenas e, de extrema importância, a demarcação e tomada de posse da região. Nesse sentido, a expedição que interessa mais diretamente aos objetivos desse texto foi a empreendida por Pedro Teixeira que, entre 1637 e 1639, fez o trajeto entre Pará e Quito, regressando pelo mesmo caminho. O foco da expedição seria o de “estender os domínios de Portugal até as terras de Perúvia e fundar aquém dos Omáguas, em terrenos situados entre o Napo e o Juruá, uma povoação que marcasse o limite, no Amazonas, das terras da Coroa Portuguesa (Fernandes; Gomes, 2014, p. 149).

Ingleses e holandeses também investiram na conquista da região Amazônica desde o final do século XVI, pela qual pequenas feitorias e fortes foram construídos nas margens de rios locais. Contudo, com o avanço sul-americano feito pelos povos luso-espanhóis entre Quito-Cartagena-Caracas e São Luís-Belém-Manaus, essas empreitadas ficaram mais limitadas, em geral, restritas à rota costeira Atlântica na descida do Caribe e muito centradas na região do rio Essequibo. Destas ocupações surgiram as três Guianas (a Inglesa, a Francesa e a Holandesa), que atualmente corresponde respectivamente: Guiana, Guiana Francesa e Suriname. Entre os séculos XVIII e XIX, estas conquistas estrangeiras definiram seus limites e fronteiras, sobretudo após a Era Napoleônica (1799-1815), quando teve início o processo de independência entre os variados povos da América do Sul, fazendo surgir os atuais estados nacionais.

Um caso específico de conflito regional deu-se entre o Brasil e a Guiana francesa durante o século XIX, mantendo a região contestada pelos dois países por mais de cinco décadas (Bento, 2003). Durante os anos finais do reinado de Felipe II e os iniciais de Felipe III, empreendeu-se a conquista da região então denominada de Cabo do Norte (atual estado do Amapá) até o rio Oiapoque, limite do povoamento francês, na parte atribuída aos espanhóis pelo papa. Depois de muitas disputas, no tratado de Utrecht (1713) delimitou-se a divisa entre franceses e portugueses em um rio chamado do lado francês de Japoc e do lado luso-espanhol denominado de “Vicente Pinção”. Ambas as partes nunca se entenderam sobre a localização destes rios, já que havia vários topônimos em cartas de navegação e mapas existentes dos dois lados. Para os portugueses, só podia tratar-se do rio Oiapoque. Reivindicavam os limites no rio “Cassiporé”, o qual comumente era denominado de “Calçoene” para os franceses. Após a viagem do cientista Charles-Marie de la Condamine (1701-1774), que tinha percorrido a região e demarcado os rios fronteiriços, fixou-se o limite no rio Araguari que deságua no estuário do Amazonas (Rosty, 2009). Contudo, apesar deste suposto acordo, houve conflitos entre franceses e, especialmente os lusitanos nesta região. Vários destes conflitos envolviam religiosos, caçadores de escravizados indígenas, capitães do mato apressadores de negros escravizados e soldados.

Os problemas continuaram e se ampliaram no século XIX quando as tropas napoleônicas, sob o comando do general Junot, tomaram o território lusitano na Europa entre o final de 1807 e o início de 1808. Naquele momento, o príncipe regente D. João VI e sua Corte fizeram a travessia transatlântica,

mutando a Corte lusitana para o Rio de Janeiro. Com o apoio da Grã-Bretanha na luta contra os franceses, organizou-se uma expedição luso-anglo-brasileira para a tomada de Caiena, o que de fato se efetivou em 1809. A queda de Napoleão em 1815, contudo, levou Portugal a devolver a Guiana à França pelo tratado de Paris em 1817, que colocava claramente a fronteira no rio Oiapoque. Ainda assim, o litígio estava longe de se encerrar, nascendo novas investidas dos franceses nos períodos da independência do Brasil (1820-1825) e da revolução popular da Cabanagem (1835-1840). De um lado, os franceses nunca se conformavam com o rio Oiapoque e queriam um rio que lhes desse acesso ao Amazonas. De outro, este acesso era considerado um perigo pelos portugueses e brasileiros. Nasceu deste cenário o Território Contestado (Grange, 2012).

Essa região foi constantemente retratada por diversos estudiosos e naturalistas, observando a possibilidade de produção e a coleta de produtos nobres como o cacau, seringa (ou borracha natural), a canela da terra, a noz moscada e mesmo o alho (girofle para os franceses). Além disso, havia pescueiros em lagos e lagoas e algumas fazendas Régias de gado como as do Rio Branco, em Roraima e as de Soure, no Marajó. Como afirma Polidori (2021), existia na região uma diversidade vegetal e uma ideia clara de conquista territorial, bastante representada em mapas de naturalistas, como o de Jean Richer, produzido no século XVIII (Polidori, 2021). Nele apresenta-se a ilha de Caiena e toda a costa atlântica ali denominada de “mer du nord” (mar do norte) era parte da Costa da Guiana na França Equinocial num claro vislumbre de que encontrava-se naquele desenho o desejo colonialista francês sobre toda a região que unia o Caribe, desde a América Central até o complexo de ilhas Marajoaras, no atual território paraense.

Mapa 01: Mapa de Jean Richer da região das Guianas, feito em 1677.



Fonte: Extraído de POLIDORI, 2021. E Archives Territoriales de Guyane, Cayenna.

Nesta zona de conflitos, existia trânsito de pessoas e mobilização de tropas para policiamento e mesmo para espionagem de ambos os lados. Por isso, os governadores e capitães gerais do Pará, sobretudo aqueles que governaram entre 1750 e 1823, investiram na defesa das fronteiras do norte. Este investimento era um importante elemento da administração do Grão-Pará, de forma que havia uma constante mobilização dos moradores locais, seja nas tropas de 1º Linha ou nas auxiliares (2º Linha). A tabela abaixo, mostra o número de tropas mobilizadas em boa parte da região Nordeste da província e na região do Marajó em 1778, mostrando as diferenças sociais e raciais frente a mobilização de uma área tão sensível para a defesa como a região amazônica:

Tabela 01: Cor das praças cabeças de famílias das tropas auxiliares da costa oriental nas regiões de Melgaço e de São Miguel do Guamá ao Gurupí. Ano de 1778.

Tropa Auxiliar	Características						
Praças	Branco	Índio	Cafuzo	Mameluco	Mulato	Cor desconhecida	Total
Ourém	-	-	-	-	2	-	2
Vila nova de El Rei	2	-	-	-	-	-	2
Vigia	4	-	-	-	-	-	4
Cametá	224	18	1	53	10	11	317
Total	230	18	1	53	12	11	325

Fonte: Nogueira (2009, p. 121).

Entre 1790 e 1803, o antigo governador do Grão-Pará, D. Francisco de Sousa Coutinho, travou uma “guerra fria” contra os franceses vizinhos de Caiena. O ponto central deste conflito eram os povos indígenas, sobretudo os das fronteiras com as Guianas, especialmente, os que ficavam na fronteira mais próxima do Pará: a Guiana Francesa. Os expedicionários militares (ou espiões indígenas e mestiços) mandados à zona de fronteira a todo instante descobriam as chamadas “maquinações” dos franceses, que ora envolviam os indígenas e os negros das fronteiras luso-amazônicas, com suas ideias republicanas revolucionárias vindas de Paris (ideias conhecidas como jacobinas), ora criavam rebuliço no Pará, ao decretarem abolição da escravidão de matriz africana nas colônias francesas, como foi o caso de 1798. D. Francisco viu-se temeroso no período de 1791 a 1793, e mais ainda em 1798. Nestes momentos críticos ocorreram fugas escravas em massa e deserções de soldados indígenas que trabalhavam do lado português. Sobre tudo, houve um medo generalizado de que o processo revolucionário francês, que abalou as Antilhas e levou à revolução haitiana de 1791-1804, chegasse ao Pará.

Para não ver o território do Grão-Pará revolucionado por estes pontos frágeis da convulsionada política da época, foi reorganizada a política de trabalho com os povos indígenas aldeados, suprimindo-se o antigo Diretório Pombalino dos índios, em vigor desde 1755. Foi instaurada uma nova política de recrutamento e foram modernizadas as formas de tratamento destes povos nas fileiras das tropas auxiliares, denominadas então de tropas de Milícias e, dentro delas, a denominada de “Ligeiros”, que eram exclusivamente formadas e até lideradas por indígenas e seus líderes chamados de “Principais”, compostas por lideranças indígenas ou brancos. Tudo isso foi normatizado pela Carta Régia de 12 de maio de 1798, que definia o papel dos oficiais das milícias, em especial, dos Ligeiros, conforme trecho a seguir.

“...cuidáreis logo nos meios mais eficazes de ordenar e formar os índios, que já vivem em aldeias promiscuamente com os outros, em Corpos de Milícias, conforme a população dos Distritos, e segundo o Plano, porque estão formados e ordenados os outros: E para oficiais comandantes de tais Corpos nomeareis [aos] Principais oficiais das povoações indistintamente com os moradores brancos, fazendo executar as disposições e Ordens concernentes ao Governo e Direção deles pelos referidos Oficiais” (Código 588, vol. 1, p. 181-195).

Os corpos denominados de “Milicianos Ligeiros” foram encarregados tanto de participar das expedições/espionagens nas fronteiras e da navegação pelos rios (como remeiros, pilotos ou práticos) quanto estavam envolvidos nas tarefas de abastecimento das tropas regulares e dos auxiliares milicianos que pegavam em armas. Nesta segunda função, os Ligeiros atuavam em quatro setores de abastecimento.

O primeiro setor era o dos pesqueiros Régios de salga de peixes e seu acondicionamento em barris de madeiras que existiam no Marajó (Soure e Monsarás) e, no pesqueiro do Rio Branco, território hoje ligado ao estado de Roraima que abastecia especialmente a vila de Barcelos até a fortaleza da Barra do Rio Negro (atual cidade de Manaus, no Amazonas). Ainda no ramo das salgas, havia o setor central da produção de carnes que, embora pudessem ser frescas, boa parte delas era produzida para ser salgada e embalada em barris. Neste ramo, a ilha grande de Joanes no Marajó servia para fornecer carnes para a

contra costa marajoara até Belém, para o lado marítimo para as vilas de Mazagão e para a fortaleza central de Macapá (atual capital do estado do Amapá).

O segundo ramo de trabalho dos Ligeiros era desenvolvido dentro das fábricas Régias de madeira, que abasteciam com toras e tábuas cortadas de madeiras nobres o Arsenal da Marinha de Belém, local renascido durante o momento crítico de estado de guerra contra os franceses. Lá se fabricavam embarcações comerciais e de guerra para policiar a costa do Marajó até Macapá, a contracosta marajoara até Belém, Bragança e o caminho do Maranhão. As fábricas mais famosas da Amazônia ficavam entre os rios Acará e Moju próximos à Belém, mas tinham outras fábricas no médio Amazonas (Santarém) e no alto Amazonas (Fortaleza da Barra do Rio Negro, atual Manaus, capital do estado do Amazonas).

Já o terceiro ramo era o de maior relevância no uso do trabalho dos povos indígenas aldeados. Ele vinculava-se à produção de macaxeira (mandioca ou aipim para outros) que era a base alimentar sob a qual se faziam farinhas diversas, gomas e beijus. A farinha abastecia as tropas em seu segmento de base, com ênfase nas rações ou vivendas destinadas aos soldados indígenas que se alimentavam de peixe salgado com farinhas da terra.

Por fim, para se ter peixes e carnes salgadas, madeiras para a construção naval e toda a sorte de produtos feitos com macaxeira, desenvolveu-se enormemente a produção de embalagens. Este ramo ganhou destaque pela abundância de matérias-primas como as madeiras locais, os barros, as palhas diversas, das inúmeras palmeiras típicas, do clima e da floresta amazônica. Neste sentido, tanto o setor de embalagens quanto a produção das farinhas faziam uso de trabalhadores das novas tropas de “Ligeiros”.

Ademais, existia também o ramo de olarias próximas às localidades de produção de cachaça. E estes dois campos estavam fortemente instalados por vários rios próximos à Belém como o Guamá, Moju, Acará e outros próximos à região litorânea como o rio Caeté, na vila de Bragança e em Vigia. A região bragantina e mais litorânea vivia uma economia mais aberta ao abastecimento das feiras internas entre os caminhos que ligavam o Pará ao Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco. Tratava-se de caminhos entre os rios Turiaçu e o Parnaíba nos quais distribuíam mantimentos para sustentar o leva e traz comercial de gentes fazendo diferentes tipos de comércios e de tráficos internos e externos: desde o comércio tradicional do gado, arroz e algodão do Maranhão e Piauí, até o de negros escravizados vindos de Angola e Moçambique para sustentar estas e outras produções de partes mais internas do atual centro-oeste do Brasil.

Lideranças de povos diversos como os Munduruku, Maués e os indígenas da tribo dos Abacaxi, aldeados pelos expulsos jesuítas, foram somente alguns dos que entraram na nova política de recrutamentos que se instituiu. Segundo Baena (1838), o Conde dos Arcos bem notava que todos os indígenas recrutados, e em especial, suas lideranças, conhecidas como “Principais”, tinham que ser tratadas como determinava o Alvará de 17 de dezembro de 1802 sobre promoções dos diversos postos dos Regimentos de Milícias, que regulava que não se deveria distinguir para esta progressão da carreira militar nem cores nem nascimentos. Baena até mesmo recuperou dados de que em 1802, o governador D. Francisco de Sousa Coutinho recebeu em Belém dois “Principais dos silvícolas Munduruku seguidos de uns poucos dos seus vassallos”. Eles teriam vindo em visita, “conhecer o governador”.

Este os recebe com as maneiras próprias da sua admirável urbanidade: erguer-lhes para seu aposento uma casa palhica com rapidez incrível perto do lado oriental do Palácio da sua residência. Além disso, nomeia assistente da hospedagem um tenente de tropa regular cognominado Cabeça de Bagre para fazer ministrar sem falência da cozinha de Palácio todos os dias o necessário repasto: e tratá-los de modo que todos achem bem agasalhado e gostosa hospitalidade. E os dois Principais comem a seu lado na mesa onde manifestam notável aptidão em copiar os outros começais, mas no uso do talher e nos brindes nunca estancando os copos porque assim o viam praticar. A estes Munduruku se deve o presente conhecimento da árvore Ararani; cuja folha convertida em cinza serve de medicamento antidrópico (Baena, 1838).

O tratamento "urbano" aos líderes "principais" como viventes ao lado do palácio do governo, ceias e ensinamentos ditos “civilizacionais” à mesa: resultavam em uma ampliação de interesses, visto que os indíge-

nas traziam aos governantes e comerciantes de Belém mais conhecimentos sobre a fauna, a flora e os caminhos dos rios amazônicos, além de uma importante aliança em tempos de guerra contra os franceses vizinhos.

Em 1803, o governador Sousa Coutinho já estava com dias contados para sua volta para Lisboa e seu sucessor, José Narciso de Menezes assumiu em meio a inquietações dos regimentos militares. Entre 1803 e 1808 as tropas regulares e as auxiliares foram reorganizadas diante do Tratado de Amiens com a França que estabelecia uma fronteira mais próxima de Macapá para os franceses. O novo Tratado trazia problemas dobrados porque os franceses podiam entrar com mais facilidade no território hoje pertencente ao Amapá e ao Pará. Para fortalecer e povoar as fronteiras, foram então mobilizados vários esforços vindos de outras localidades como o Rio de Janeiro. Baena escreveu sobre esta reorganização e fortificação:

Assoma na cidade em janeiro (1803) um Regimento de Infantaria denominado de Extremoz composto de dois Batalhões, sob o mando do Coronel José Thomaz Brun, que o Ministério fizera marchar do Rio de Janeiro para acrescentar a força armada da Capitania porque considerando nas disposições do Governo francês pouca compatibilidade com a permanência do sossego da Europa, julgou preciso de antemão fazer as prevenções que a sua prudência lhe indicava como indispensáveis para a segurança dos limites com a colônia de Caiena. Este Regimento é alojado no segundo pavimento do Convento, que foi dos Mercedários: e o Regimento de Macapá, que até então ali estivera aquartelado, marcha a estanciar-se na vila de Chaves assentada na Costa setentrional da Ilha Grande de Joanes vulgarmente nominada contra costa. Nesta mesma ocasião se estabelece na dita vila um Provedoria. Dissolve o Governador a Guarda de Cavalaria Miliciana, que ele criara após a extinção da de Tropa Regular em 1791. Recebe um Decreto e Provisão do Conselho do Almirantado de 25 de janeiro de 1803 que confirma a nomeação do Patrão-mor por ele feita para o Arsenal de Marinha: um Alvará de 17 de dezembro de 1802 sobre promoções dos diversos postos dos Regimentos de Milícias, que o inteira de que não deve distinguir nem cores nem nascimentos e um transunto do Tratado de Amiens de 1802 (Baena, 1838, p. 397-399).

Desta forma, às vésperas da tomada de Caiena, já havia uma profunda militarização na capitania do Pará e nela estava inserida a maioria da população local, sobretudo os indígenas e mestiços, sendo que estes últimos atuavam especialmente na política de abastecimento das tropas.

2 “A TOMADA DE CAIENA”

Nos anos iniciais do século XIX, os governos e povos da Europa se militarizaram para um dos maiores conflitos que eclodiu após a Revolução Francesa de 1789 e se ampliou no período do comando de Napoleão Bonaparte. Este conquistador conseguiu dominar vários reinos e sua forma de luta e de mobilização de soldados fez nascer uma guerra mais patriótica que não se resumia à Europa. Nesse período, por sua vez, eclodiu a Revolução do Haiti (1791-1804) que fez nascer na América Central um primeiro estado nacional governado por pretos que antes eram escravizados dos franceses. Em 1807-08, as tropas Napoleônicas tomaram Portugal, depois do monarca lusitano não ter obedecido às ordens do bloqueio econômico direcionado ao Reino Unido e, ao contrário se unir aos ingleses.

No livro *Compêndio das Eras da Província do Pará*, de Antônio Ladislau Monteiro Baena (1969), há algumas informações sobre o processo de mobilização das tropas locais para o combate em Caiena, sendo vistas pela primeira vez em determinação de 05 de agosto de 1808 as primeiras medidas para organizar a mobilização de guerra.

Já no final de 1808, tudo estava pronto em Belém para tomar Caiena. O artigo de Cláudio Skôra Rosty refaz a cronologia do Regimento de Vanguarda. Ele saiu de Belém para se unir à frota da marinha, formada por navios portugueses ingleses. A movimentação de Belém à Caiena foi de 8 de outubro e 1808 até 14 de janeiro de 1809:

Esta força organizada no Belém do Pará seguiu em 8 de outubro para a cidade de Chaves [no Marajó], constituindo o grupamento de vanguarda. Em Chaves, antes de prosseguir viagem, para a Ilha de Caviana, foi reforçado com um contingente de colonos e indígenas. De Caviana seguiu para a Foz do Araguari. Dobrou o Cabo Norte, atingiu o Rio Cunani, e estanciou em Caciporé à espera de reforços. A 3 de outubro, aportou em Belém a Escuna Confiance, navio de guerra inglês, da Esquadra do

Almirante Sidney Smith, comandada pelo seu sobrinho, Capitão James Lucas Yeo. O Governador do Pará José Narciso de Magalhães Meneses enviou reforços para Manoel Marques D’Elvas Portugal de 350 soldados do Regimento de Estremoz, comandados pelo Major Palmeirim. José Narciso de Magalhães Meneses esperava, ainda, a chegada de dois navios de guerra portugueses com 18 canhões cada um, comandados por Luís da Cunha Moreira. Esses navios, que traziam do Rio de Janeiro uma tropa de fuzileiros-marinheiros, partiram de Belém a 22 de outubro, integrando a esquadra de James Lucas. Em 29 de novembro, os fuzileiros-marinheiros chegaram ao ponto de encontro, Foz do Rio Caciporé, onde a flotilha de [Manoel] Marques [D’Elvas Portugal] os esperava. A Força Expedicionária, agora completa, dobrou o Cabo Orange, indo ancorar na Foz do Oiapoque. Eram, ao todo, 800 soldados e 300 fuzileiros navais, embarcados para o Combate” (...) “O ato da rendição ocorreu em 14 de janeiro de 1809, na Praça do Governo, em Caiena, com a entrega de mais de 500 fuzis e duas bandeiras francesas (Rosty, 2010, 43-46).

O certo é que grande parte da tropa foi recrutada das forças militares paraenses e foram postos no comando do Tenente Coronel Portugal e do Capitão de Mar e Guerra da Marinha Britânica James Lucas Yeo (Boiteux, 2017). Um dos fatos ligados à mobilização das primeiras tropas em Belém foi a organização do Corpo ou Regimento de Vanguarda. Segundo Baena, eles foram marchar fardados de jaquetas e calças de algodão tingido “de Negro”, cozidas por várias senhoras e por escravizadas da capital (Baena, 1969).

Tabela 02: Disposição de tropas aos lados em combate.

Tipos de Forças (terrestres e navais)	Disposição de Forças (Tropas Luso-Brasileiras)	Disposição de Forças (Tropas Francesas)
Navios e peças de artilharia	<i>Voador, Infante D. Pedro, Confiance + 8 embarcações pequenas. 74 Canhões Navais.</i>	Sem navios, 3 Canhões
Pessoal	682 Militares + reforços recebidos em Chaves.	511 Militares
Baixas Totais	141	110

Fonte: Rosty (2009, p. 67).

A composição das tropas militares era bastante variada. Composta originalmente das tropas de 1ª Linha da Província, formadas em Belém e transportada com fundos governamentais da província e com apoio dos comerciantes de Belém e de colonos e indígenas no arquipélago do Marajó. Uma das diretrizes interessantes sobre a campanha foi a ordem do presidente da província, José Narciso de Magalhães Meneses, determinando a libertação de todo escravizado guianense que lutasse a favor dos luso-brasileiros. Para Ciro Flamarion Cardoso (2019), essa determinação foi cumprida em maior parte pelos ingleses e vista com certa desconfiança pelos portugueses e franceses, devido ao processo revolucionário haitiano, ocorrido em menos de dez anos e que causou um fantasma permanente na grande maioria das possessões coloniais na América.

Com as informações colhidas pela espionagem portuguesa e pelos relatos dos escravizados que partiram para o lado invasor, os portugueses já tinham a base para iniciar a invasão da Guiana. Eles chegaram na região em dezembro de 1808 e organizam o desembarque respectivamente em três localidades: Oiapoque, Aprourague e Mahury, utilizando principalmente, das tropas de fuzileiros-marinheiros. Após o desembarque, chegaram ao sul de Caiena, entre 6 e 11 de janeiro, onde aconteceram os combates mais pesados entre franceses e brasileiros, com inúmeras baixas para ambos os lados (Rosty, 2009).

Ainda que houvesse condições para que os franceses resistissem ao constante ataque das tropas invasoras às propriedades, a população civil da Guiana deu apoio a uma rendição, de forma a preservar as condições de propriedade dos residentes. Dessa forma, o Governador da Guiana, Victor Hughes, formou uma proposta de rendição efetiva que incluía vários pontos como:

- Os franceses saíam da Guiana com o seu material e as honras de guerra em navios equipados pelos vencedores;
- Os mesmos navios levariam os súditos franceses que preferissem regressar à pátria;
- Os vencedores passariam recibo de tudo que permanecesse em Caiena: arsenais, baterias, etc.;

- A colônia continuaria a reger-se pelo recém-aprovado “Código de Napoleão”;
- As autoridades portuguesas se obrigam a conservar as culturas de árvores finas de especiarias (Boiteux, 2017, p. 9).

Esse tratado foi visto como uma vitória para Hughes, em que atuou para mostrar que o acordo teria sido “um acordo que nenhuma outra nação assinaria”, devido às condições impostas pelos franceses para a rendição, em que o território mesmo sendo de controle português, preservaria a propriedade dos franceses, tal como a manutenção do Código de Napoleão, ou seja, a legislação francesa permaneceria intacta (Pereira, 2015).

Em 1809, adoeceu Manoel Marques D’Elvas Portugal, conquistador e primeiro governador de Caiena. Para substituí-lo, de forma emergencial, o Governador do Pará enviou para a Guiana o Coronel engenheiro Pedro Alexandrino Pinto de Sousa. Ele recebeu ordens claras sobre a disciplina na tropa:

[...] que sempre estivesse vigilante contra o começado espalhamento de ditames, que destroem os laços civis, e sobcavam exerce da sociedade, e também contra a intriga porque o seu poder é imensurável, e transtorna e influi no cérebro da pobre humanidade: e a outra que os Governadores são os médicos dos povos, e que a sua mais bela obrigação consiste em prevenir a miséria pública, os crimes, e as revoltas, que são a consequência: e finalmente lhe disse que quem governa deve calcular os meios de subsistência segundo a população, a natureza e a quantidade dos trabalhos em proporção dos braços, que devem sustentar as necessidades, e as exigências (Baena, 1838, p. 452-453).

Este documento comprova que entre 1808 e 1809 temia-se problemas de indisciplina entre a tropa que tomou Caiena. O segundo governador não interino de Caiena que por lá permaneceu por sete anos até sua devolução em 1817, foi João Severiano Maciel da Costa. Ele foi acusado de ser pouco brasileiro e patriota nas lutas de independência. Assim, em 1821, escreveu e publicou um livreto relatando que ele mostrou todo seu patriotismo ao servir ao rei em Caiena, organizando por ali “uma Administração completa em todos os seus ramos de Justiça, Polícia e Fazenda” e que por lá reinava entre os habitantes da Colônia” muito “contentamento”. Também se dizia patriota porque teria feito “transplantar para o Brasil o que havia nela de gêneros preciosos – tanto indígenas, como estrangeiros”. E que havia “fundado” com este transplante “três Jardins de especiarias, um no Pará, outro em Pernambuco e outro no Rio de Janeiro, que florescem (...) o girofle [alho] e a moscada [noz moscada], e enfim vulgarizando a cana-de-açúcar de Caiena, que é tão superior à crioula do Brasil que tem feito triplicar os rendimentos dos Engenhos”. Contudo, em que pese o sucesso da tomada de Caiena e de seu espólio de transplantação de espécies, Severiano Maciel da Costa não pôde esconder os problemas que enfrentou. Escreveu:

Submeti, contentei e conservei em tranquilidade uma Guarnição de 1.300 homens, que por duas vezes se sublevaram contra seus Superiores, chegando ao ponto de irem às mãos os dois Partidos [dos brancos e pretos] dentro mesmo da Vila com artilharia e arma branca, ficando alguns mortos e feridos (Costa, 1821, p. 10).

Ainda no mesmo ano de 1821, Maciel da Costa publicou um livreto sobre a necessidade de abolir o tráfico de escravizados para o Brasil e da necessidade de, gradualmente, emancipar os escravizados. Na segunda obra novamente considerava essas necessidades a partir de sua experiência na Guiana Francesa e escrevia sobre seu temor para o caso do Brasil lembrando:

Se felizes circunstâncias têm até agora afastado das nossas raias a empestada atmosfera que derramou ideias contagiosas de liberdade e quimérica igualdade nas cabeças dos Africanos das colônias francesas, que as abraçaram e perderam, estaremos nós inteira e eficazmente preservados? Não. Os energúmenos filantropos não se extinguiram ainda; e uma récova de perdidos e insensatos, vomitando pelo inferno, não acham outro meio de matar a fome senão vendendo blasfêmias em moral e política, desprezadas pelos homens de bem, mas talvez aplaudidas pelo povo ignorante. Todavia não é isto o que por ora nos assusta mais. Um contágio de ideias falsas e perigosas não ganha tão rapidamente os indivíduos do baixo povo, que uma boa Polícia lhe não possa opor corretivos poderosos; mas o que parece de difícilíssimo remédio é um insurreição súbita, assoprada por um inimigo estrangeiro e poderoso, estabelecido em nossas fronteiras, e com um pendão de liberdade arvorado ante suas linhas (Costa, 1821, p. 23).

Para alguém que viveu em uma difícil zona de fronteiras, sua experiência comprova como as populações locais careciam de ter constante policiamento e, mesmo assim, ficavam expostas a uma possível “insurreição subida assoprada por um inimigo estrangeiro”.

3 PARAENSES NO CONFLITO: A COMPOSIÇÃO DAS TROPAS ATUANTES EM CAIENA

Um importante ponto a ser destacado sobre o processo de luta e de tomada da Guiana pelos luso-brasileiros, é compreender a diversidade dos grupos sociais que compunham as unidades locais. A primeira tropa enviada de Belém e seu reforço pertenciam ao 1º e 3º Regimento de Infantaria. As duas unidades eram oriundas do *Regimento de Extremoz*, organização militar vinda de Portugal desde 1767, presente nas lutas contra os espanhóis na região Centro-Sul da colônia do Brasil.

Em 1803, a unidade foi transferida para Belém, sendo dissolvida entre 1806 e 1807 e transformada nos regimentos citados inicialmente, recebendo quadros locais para sua composição de tropa. Neste momento, uma parte básica do acordo feito com o antigo governador Sousa Coutinho foi quebrado: o novo governado Menezes misturou tropas de indígenas e negros e mestiços com diferentes culturas, línguas e lideranças. Muitos deles ficaram submetidos a lideranças lusitanas e brancas, o que causou revoltas e até mortes. Ainda em 1806, o Coronel do Regimento de Artilharia da praça de Elvas, Jerônimo José de Nogueira de Andrade que havia sido promovido ao posto de Brigadeiro, ele tomou conta do treinamento militar local, porém adoeceu depois de ingerir um marisco: teria sido envenenado? Neste tempo o treinamento ficou a cargo de tenentes e sargentos (Baena, 1838). Depois o Coronel Comandante do Regimento de Extremoz José Tomás Brun foi ferido mortalmente a facadas e a política cruel de tratamento dado aos soldados esteve no centro desta morte. Escreveu Baena:

É ferido com uma faca nos hipocôndrios o Coronel Comandante do Regimento de Extremoz José Tomás Brun pelo soldado José Alexandre quando na frente do Regimento sofria o castigo de pranchadas pelo furto, que fizeram de uma rede tapoirana ao Tenente do Regimento de Macapá Lázaro Valente Marreiros. Na intenção de operar este flagício ele se tinha aproximado ao Coronel, encobrimdo com posturas humildosas e com ar de quem pedia misericórdia as intenções ferinas, que lhe debatiam na alma. Logo depois de perpetrado este execrando delito abre caminho com a mesma sangrenta mão como de ânimo impávido por entre aqueles que lhe querem baldar a passagem empreendida para esconder-se pela primeira guarida, mas não obstante esta sua furiosa diligência é preso de frente do açougue caindo atordoado de uma pancada de pau. Morre o Coronel em consequência da ferida tratada pelo médico Alvarenga com infeliz respeito as dores, de que o senciente pedia que o privassem. A sua morte é deplorada pelo Governador como uma grande perda para o Real Serviço (Baena, 1838, p. 418-419).

A campanha de Caiena ampliou as tropas e trouxe mais estrangeiros nas suas lideranças. Para Nogueira (2009), as tropas compostas no período Joanino poderiam ser divididas da seguinte forma exemplificando a campanha na Guiana: As mercenárias (compostas pelos ingleses comandados por Yeo), os Recrutados (pessoas recrutadas à força para a 1ª Linha) e os Engajados (elementos voluntários para a composição da tropa). Os integrantes da tropa de Engajados viam a incorporação nas forças militares como um importante elemento de ascensão social, que poderia vir principalmente para os brancos, mas houve casos que também o foi para lideranças de grupos indígenas, negros libertos e outros grupos sociais distantes do poder e das decisões políticas na província do Grão-Pará.

Essas tropas foram constante presença nos combates junto das tropas de Fuzileiros-marinheiros e outros arregimentados para servir nas operações em Caiena, cuja participação ativa participação de indígenas e caboclos na campanha foi assim descrita pela autora:

No entanto, diante da necessidade de tropas nas fronteiras paraenses, essas regras seriam quebradas muitas vezes. A grande e importante alteração foi o recrutamento de pardos libertos às tropas de 1ª linha. Como se viu, preferiam-se homens brancos e pardos livres, no restante das colônias, para esse tipo de tropa, e brancos e mamelucos no Pará. Entretanto, no Grão-Pará, homens de cor, além dos mamelucos, já eram utilizados nas regulares bem antes da lei baixada por D. Pedro I (Nogueira, 2009, p.146).

Ou seja, os mais de seiscentos militares que compunham os regimentos de Belém, somados aos reforços que foram acrescentados na região do Marajó apresentavam considerável diversidade de origens na formação dessas unidades de 1º Linha. Essa formação social seguiu por décadas de trajetórias de lutas, envolvidos na adesão à constituição portuguesa, na independência do Brasil e na cabanagem.

Para Magda Ricci, fatores como o cuidado em manter a vigilância das fronteiras contra os inimigos estrangeiros, e a política de manutenção de pessoas de fora como figuras políticas importantes na presidência da província, evidenciava uma manutenção do *status quo* da opressão realizada por “estrangeiros”, seja no período joanino, seja na Independência (Ricci, 2008).

Baena comprova que, em um primeiro momento, o governador concordou em transformar o regime de trabalho de policiamento da cidade de Belém, que passaria a ser semanal e não mais diário.

Propõe ao Governador, e dele obtém o Comandante das Tropas que as guardas da cidade se converteram em destacamentos semanários: e que sejam empregados os soldados, uns em pescarias volantes, fabrico e venda de [palmeira de] jussaras, cipós, abim, breu, estopa, e outros no arrumo da superfície do largo do Palácio, aplicando-se a isto a Terra extraída da ribanceira da rua da Alfama, e na construção de uma obra, que mascare o lado do mesmo largo entre as ruas Formosa e dos mercadores composto de humildes domicílios, devendo ser a indicada obra um Jardim de reziadas (Baena, 1838, p. 421-423)

Eram recrutas das milícias que deixavam de ter regime disciplinar militar de treinamento para serem utilizados em diversas outras funções que iam desde obras públicas até vendas, fabricos e pescarias, o que denotava que havia carência de trabalhadores para estas funções, ou que para lutar contra a resistência destes soldados, os comandantes os queriam cheios de afazeres. Desde ao menos a promulgação da Carta Régia de 1798 que, para o trabalho em geral, eram os milicianos das tropas de Ligeiros que faziam tarefas não militares. Todavia, eles também estavam atrelados ao chamado “Real Serviço”, recebendo pagamentos de soldos e fardo alimentício (vivendas), com direito a tratamento hospitalar.

É possível entender melhor e mais profundamente o que significou a concordância do governador Meneses em utilizar os recrutados para treinamento das milícias de Belém em trabalhos feitos por tropas de Ligeiros em 1806. No entanto, alguns dias depois deste aceite, o mesmo governador voltou atrás na decisão devido à “indisciplina” da tropa e julgou estranha a conversão dos soldados-guardas em vendedores de peixes e arrumadores do jardim do Palácio. Contudo, para contornar esta situação, ainda em 1806, o governador reorganizou todos os grupamentos de Milícias. Numa manobra política e militar, reclassificou os soldados das tropas de milícias em geral e passou para as de milicianos “Ligeiros” um número considerável de recrutas. Aqui é muito provável considerar que ele ajustou as tropas quebrando a lógica pensada por Sousa Coutinho.

Neste reordenamento, fruto de um novo recrutamento, ele misturou todos os recrutas independentemente de sua etnia, língua e costumes. No entanto, para Meneses, a necessidade de Ligeiros foi novamente corroborada, o que demonstrava que o uso destes últimos em ações não militares era visto pelo governador como “normal” e até essencial. Todavia, os recrutas milicianos não Ligeiros que permaneceram na capital e nos interiores foram treinados em artilharia. Ao que tudo indica, neste terreno também houve a ascensão na carreira de líderes não brancos, pois anos mais tarde pude encontrar alguns deles remorando que foi neste período que ascenderam às lideranças de tropas.

Ainda que muitos recrutas pardos, pretos e indígenas vissem o voluntariado como forma de crescer socialmente, o nascimento e a origem familiar continuaram a ditar as diversas questões sociais, de maneira que o oficialato superior era restrito somente aos brancos, pois os outros grupos teriam o “Sangue Infecto”, ficando restritos ao oficialato inferior da 1º linha (Nogueira, 2009).

A crise entre recrutamento e as diversas mobilizações realizadas após a tomada de Caiena, marca presença a atuação do Conde de Vila Flor, que em 1817, chegou a mobilizar cerca de três mil militares, divididos em diversas unidades, no qual pode-se destacar: três regimentos de infantaria, duas companhias de artilharia, um esquadrão de cavalaria e um corpo de polícia (Nogueira, 2009). Mais recrutas, mais

problemas e crimes internos, especialmente em Belém. Neste contexto, são os elementos de gênese da Polícia Militar Paraense, de forma que o marco fundador da corporação é a implementação das unidades de policiamento em 1818. Esse período de governo marca uma constante perseguição das ideias liberais e independentistas (Baptista, 2021).

4 A CONTINUIDADE DOS PROBLEMAS EXTERNOS E INTERNOS NOS RELATÓRIOS DE PROVÍNCIA

Após o processo de independência do Brasil, em 1822, diversos movimentos sociais aconteceram em algumas províncias (em especial as do atual nordeste e norte). Este foi o caso do Grão-Pará com o levante das tropas militares seguida de mais de 250 mortes de oficiais ocorrido no episódio do Brigue Palhaço (1823) e, finalmente, a Cabanagem (1835-1840), que envolveu povos de toda a Amazônia brasileira e praticamente os destruiu. Magda Ricci já escreveu sobre estes movimentos, notando que entre 1808 e 1840 ocorreu o que denominou de fim do antigo Grão-Pará e o nascimento do Brasil. Neste instante houve lutas que, em geral, vinham da política de crescente recrutamento e da desestabilização da política de abastecimento interno. Houve também fome e epidemias, seguidas de muita resistência das populações locais até a eclosão do movimento cabano entre 1835 e 1840. Foi a dura repressão aos cabanos que fez esta parte da antiga América lusitana unir-se ao novo Estado Nacional brasileiro que surgiu (Ricci, 2003).

Em meio a este momento de crescente desestabilização política e social na Amazônia brasileira, os franceses voltaram a questionar os limites entre a Guiana e o estado do Pará. Em 1841, os representantes franceses consideravam que o rio limite não seria o Oiapoque, mas o Araguari, bem mais ao sul do atual Amapá. Essa questão manteve-se sem solução e foi agravada devido a descoberta de jazidas de ouro naquela região, atraindo pessoas dos mais variados lugares que vinham em busca de obter o material precioso. Isso foi constantemente discutido pelos relatórios dos presidentes de Província do Pará (hoje seriam governadores) na década de 1840. Eles registraram a presença de civis e militares na região.

No relatório de 1850, foi reportado pelo presidente da Província a presença de navios militares franceses nas proximidades do norte de Macapá, e que estariam em missão. O documento, além de mostrar a gravidade da ação francesa, levanta a importância dos acordos históricos de fronteira entre França e Portugal e entre França e Brasil, citando o Tratado de Utrecht (1713), de forma que o elemento delimitador como o Rio Oiapoque, muito longe da região em que os vasos de guerra tenham sido detectados. Além disso, os relatórios mencionam a ocorrência entre a região do Amapá e a Guiana, no qual ocorre o contrabando de metais preciosos, principalmente o ouro, mostrando a importância da proteção na fronteira norte (Coelho; Melo, 1848).

Somente com a separação entre o Pará e o Amazonas e a abertura de navegação a vapor pelo Amazonas nos anos de 1850 e 1860, estas fronteiras foram melhor negociadas, mas a região permaneceu sendo contestada, chegando este problema até a primeira República no Brasil (1889-1930), mas esta é uma história que não cabe em apenas um artigo.

5 CONCLUSÃO

Para finalizar é importante lembrar quais seriam os legados da chamada ocupação de Caiena ou da Guiana Francesa para o lado dos povos e governos do antigo Grão-Pará. Ele é múltiplo. João Severiano Maciel da Costa, seu último governador, também foi quem trabalhou para cumprir o tratado de devolução do território da Guiana, até o ano de 1817, efetivado após o congresso de Viena. A volta para o Brasil foi difícil, mas teve quem recebesse homenagens. O monarca português homenageia alguns dos que participaram da campanha com uma medalha com sua efígie e com a inscrição com as palavras: *Cayenna Tomada a os Franceses 1809*, como apresentada a seguir:

foi em vista de ser tão gloriosa a Batalha que de tanta maneira será para a Nação portuguesa a glória de Vossa Majestade (Requerimento de Luís Caetano de Leirós e Castro para o rei D. João VI em 6 de setembro de 1821. AHU, ACL, CU 013, Cx. 151. Doc. 11659).

Leirós e Castro reclamava que a conquista de Caiena teria levado os portugueses para a mesa de negociação e para o Congresso Internacional de Paz após a derrocada Napoleônica, mas as medalhas foram dadas para os que “fizeram a Campanha” e não para os que a assistiram. Por fim, Castro pedia medalhas de ouro para os oficiais de patente e de prata para os oficiais inferiores, pois estes “foram os heróis conquistadores das colônias de Caiena e Guiana Francesa”. Fazia este pedido à Lisboa, ao seu velho rei retornado D. João VI. Castro estava no Grão-Pará desde 1808 e lutará em Caiena. Seu monarca era o antigo Príncipe Regente que ele viu se elevar à rei depois do falecimento de D. Maria I. O retorno a Lisboa do antigo rei certamente dava esperanças de mudanças positivas a este oficialato radicado e crescido em número em Belém, Caiena ou em vilas maiores do Grão-Pará. Todavia, se tudo se turvou no campo militar e dos soldados entre seu oficialato maior no Grão-Pará nos anos de 1820 e os anos que se seguiram foram de guerra de independência depois da Cabanagem. No entanto, simultaneamente, o temor de uma insurreição súbita interna, aquela que Severiano da Costa dizia que seria “assoprada por estrangeiros” e vinda da zona de fronteiras, fez nascer muito precocemente em Belém uma polícia militar.

João Severiano Maciel da Costa, já havia implantado esta polícia em Caiena entre 1813 e 1817. Ele sabia que ela seria a única capaz impor “corretivos poderosos” ao povo mais simples e levantado daquele território e sua criação no Pará de 1818 não é mera coincidência. Hoje esta polícia militar se reinventa a cada dia, pensa em sua memória em um Museu institucionalizado. Esta polícia torna-se mais cidadã, mas até hoje é a parte mais sólida no combate à violência doméstica e ainda hoje é aquela capaz de corrigir, poderosamente, os desvios sociais que ferirem às leis e às normas legais e constitucionais. Caiena então nos deu esta polícia e hoje estamos contribuindo para sua memória.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Maria de Lourdes Bejarano. Las bulas alejandrinas: detonates de la evangelización en el Nuevo Mundo. **Revista de El Colegio de San Luis** v. 6, n.12, p. 224-257, 2016.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das eras da Província do Pará**. UFPA, Belém, 1969.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a província do Pará**. 2ª ed., Brasília: Senado Federal, 2004 (1ª edição, 1839).

BAPTISTA, Marco Túlio Freire et al. Instabilidade política na província do Grão-Pará: o processo de difusão do liberalismo (1817-1834). **Revista Dia-logos**, Rio de Janeiro, 2021.

BENTO, Claudio Moreira. **Amazônia Brasileira: Conquista, consolidação e Manutenção (1616 – 2003)**. Porto Alegre, Gênese, 2003.

BOITEUX, Nylson Reis. A conquista de Caiena: Heroico episódio militar brasileiro, esquecido. Rio de Janeiro, **Revista do Exército Brasileiro**, v. 153, n. 1, p. 6-10, jan-abr, 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion. A Tomada de Caiena vista do lado francês. **Navigator**, v. 6, n. 11, p. 13-23, 2019.

COELHO, Mauro Cezar; MELO, Vinícius Zúniga. Nem heróis, nem vilões: o lugar dos Diretores de povoações nas dinâmicas de transgressão à lei do diretório dos índios (1757-1798). **Revista de História (USP)**. São Paulo, n° 174, p. 101-129, jan-jun 2016.

COSTA, João Severiano Maciel da. **Apologia que dirige à nação portuguesa João Severiano Maciel da Costa**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1821.

COSTA, João Severiano Maciel da. **Memória sobre a necessidade de se abolir a introdução de escravos no Brasil**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1821.

DUVE, Thomas. El Tratado de Tordesillas: ¿Una 'revolución espacial'? Cosmografía, prácticas jurídicas y la historia del derecho internacional público. **Revista de historia del derecho**, v. 54: p. 1-10, 2017.

FERNANDES, Maria Luiza; GOMES, Gregório Ferreira Filho. A expedição de Pedro Teixeira e a "descoberta" do Rio Branco. **Territórios e Fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 147-164, 2014.

GRANGE, Stéphane. O contestado Franco-brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. **Revista Cantareira**, n. 17, p. 20-39, 2012.

GRUZINSKI, Serge. A Amazônia e as Origens da Globalização (Séculos XVI a XVIII). **Coleção Amazônia**, Belém, editora estudos amazônicos, 2014.

MARIZ, Vasco, and Lucien Provençal. **La Ravardièrre e a França Equinocial: os franceses no Maranhão (1612-1615)**. Topbooks, 2007.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva et al. A soldadesca desenfreada: politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850). **Tese de doutoramento em história UFBA**, Salvador, 2009.

PEREIRA, Ivete Machado de Miranda. Conquista e capitulação da guiana francesa. **I Seminário Nacional do século XIX**, 2015.

POLIDORI, Laurent. Jean Richer na Guiana Francesa (1672-1673): a expedição e sua contribuição para a história da astronomia e da geodésia. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 14, n. 2, p. 144-170, 2021.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. Rio de Janeiro: Companhia editora Nacional, 1960.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a Integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2001. (1ª edição, Manaus.1966).

RICCI, Magda. O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: Movimentos sociais, levantes, e deserções no alvorecer do Novo Império (1808-1840). **Os senhores dos rios. Amazônia, margens e história**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2003.

RICCI, Magda. Fronteiras da nação e da revolução: identidades locais e a experiência de ser brasileiro na Amazônia (1820-1840). **Boletín americanista**, n. 58, p. 77-95, 2008.

ROSTY, Cláudio Skôra. Invasão da Guiana Francesa em 1809. **A Defesa Nacional**, v. 95, n. 815, 2009.

ROSTY, Cláudio Skôra. Campanha da Guiana Francesa: Caiena tomada aos franceses. **Revista Navigator**. n. 06, p. 43-51, 2010.

SANDOVAL, Márcio. Numismática - **Museu Histórico nacional (1941)**, Blog Sterling Numismática, 12 de maio de 2012. Disponível em: <http://sterlingnumismatic.blogspot.com/2012/05/numismatica-museu-historico-nacional.html>. Acesso em: 12 Jul. 2023.

7 FONTES PRIMÁRIAS CONSULTADAS

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) no site da Biblioteca Nacional.

Carta Régia de 12 de maio de 1798. **AHU**, Livro de Registro de Cartas Régias, Instruções e Provisões – Capitanias do Pará e Rio Negro 1790-1799. Códice 588, vol. 1, f. 181-195.

Requerimento de Luís Caetano de Leirós e Castro para o rei D. João VI em 6 de setembro de 1821. **AHU**, ACL, CU 013, Cx. 151. Doc. 11659

Fala dirigida pelo exm.o snr. conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da Provincia do Gram-Pará, á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1.o de outubro de 1848. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/172#?c=4&m=0&s=0&c-v=0&r=0&xywh=-1510%2C-162%2C4570%2C3224>